

Relatório de Gestão Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra

Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop

A Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra ocupa-se de ampla diversidade de temas tratados na ONU e outras organizações com sede nesta cidade, em particular, direitos humanos e questões humanitárias, saúde, trabalho, migrações, refugiados e meio ambiente. A cada área corresponde uma ou mais instituições, com marco constitutivo específico, órgãos de governança e secretariado próprios, como o Conselho de Direitos Humanos e o Alto Comissariado para Direitos Humanos, o Alto Comissariado para Refugiados, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Internacional para Migrações ou, ainda, a Organização Meteorológica Mundial. Cada um desses foros tem suas agendas e dinâmicas negociadoras. Ao todo, a missão acompanha os trabalhos de 28 organizações, instituições, mecanismos e convenções em Genebra.

2.No período em que exerci a chefia do Posto, de 2013 a 2016, pude constatar a expansão da agenda de trabalho em todas as áreas, com crescente inter-relação de assuntos, como os aspectos de direitos humanos vis-à-vis questões migratórias ou de acesso à saúde, a politização e a dimensão securitária dos direitos humanos em casos particularmente complexos e sensíveis, como a questão da Síria, ou os aspectos trabalhistas e de saúde relacionados aos direitos de minorias, grupos vulneráveis e segmentos sociais menos favorecidos.

3.Para minha atuação nesses foros, sempre recebi da Secretaria de Estado orientação pronta e segura, respaldo crucial ao bom desempenho de minhas funções. As instâncias competentes do governo que se juntaram à Missão na composição de delegações a reuniões específicas aportaram o necessário amparo técnico para a qualificada representação do país. Com a sociedade civil, mantivemos permanente diálogo que muito contribuiu para a ampliação de nosso conhecimento sobre os debates em todas as organizações. O Brasil é reconhecido em Genebra como um estado membro incontornável, cuja experiência nacional, peso específico e capacidade de coordenação e conciliação são apreciados e respeitados sem reserva ou reparo. DIREITOS HUMANOS

4.A área de direitos humanos é central nos trabalhos da Missão. Seu tratamento impõe participação nas sessões regulares e especiais do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e nas reuniões do Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU). Envolve, também, acompanhamento dos órgãos de tratado e dos procedimentos especiais do sistema internacional de direitos humanos, bem como do trabalho do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (EACDH). Em vista da relação estreita entre o arcabouço internacional e os marcos jurídico, político e institucional domésticos, é fundamental manter diálogo regular com as organizações da sociedade civil baseadas em Genebra e no Brasil.

5.Durante o período de minha gestão, o Brasil avançou em sua posição de liderança no Conselho de Direitos Humanos. Participou ativamente das consultas informais sobre projetos de resolução, fez intervenções sobre os principais itens da pauta nas sessões regulares e especiais e liderou importantes iniciativas sobre temas de interesse nacional. Tendo em vista o perfil de interesses do país, bem como a reconhecida tradição brasileira de defesa dos direitos humanos, o Brasil tem plena capacidade de dialogar construtivamente tanto com países desenvolvidos como com os integrantes do grupo de países afins (LMG, na sigla em inglês), o Movimento de Países Não Alinhados (MNA) e a Organização da Cooperação Islâmica (OCI). De fato, o Brasil coordenou-se com países do grupo ocidental em questões de vulto, tais como proteção de jornalistas, corrupção e defensores de direitos humanos. Ao mesmo tempo, assumiu liderança na promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, considerados prioritários para os países em desenvolvimento (o Brasil é observador do MNA e participa como convidado de reuniões do LMG sobre temas de interesse comum). Recorde-se que o país mantém diálogo bilateral estratégico em direitos humanos com parceiros diversificados, tais como Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Rússia e China, além de Irã.

6.No período 2013-2016, o Brasil exerceu papel proeminente na negociação de resoluções substantivas do CDH. Lideramos importantes processos negociadores que resultaram na criação de procedimentos especiais dedicados ao direito à privacidade e aos direitos de pessoas LGBTI. Após longas discussões sobre o tema, apresentação de relatório do EACDH e realização de painel do Conselho (decisão 25/117), preparou-se o caminho para a adoção, em 2015, sem recurso a voto, da resolução 28/16, que estabeleceu relator especial (RE) sobre o direito à privacidade. O RE Joseph Cannatacci foi selecionado pelo

Conselho em setembro de 2015 e apresentou seu primeiro relatório ao CDH em março deste ano. Na mesma linha, o Conselho adotou duas importantes iniciativas sobre orientação sexual e identidade de gênero (sigla em inglês) no período. Em setembro de 2014, foi aprovada a resolução 27/32, que solicitou ao Alto Comissariado relatório sobre violência e discriminação relacionada à SOGI. Na sessão de junho de 2016, foi adotada a resolução 32/2, que criou o mandato de perito independente sobre combate à violência e discriminação baseado em SOGI. As referidas resoluções integram longo processo iniciado em 2003, ocasião em que Brasil e África do Sul decidiram retirar da pauta projeto de resolução sobre direitos de pessoas LGBT, em vista da forte oposição dos estados membros.

7. Fomos, também, proponentes de resoluções recentemente adotadas sobre incompatibilidade entre racismo e democracia, impacto do racismo sobre os direitos humanos das mulheres, acesso equitativo a medicamentos, direitos humanos e HIV/AIDS e direitos humanos e saúde mental. Além disso, participamos ativamente dos grupos de proponentes de resoluções sobre temas considerados de especial relevância para o país, tais como (i) segurança de jornalistas (ii) internet, (iii) esportes e direitos humanos, (iv) mecanismos de seguimento das recomendações emanadas do mecanismo de revisão periódica universal (RPU), (v) cooperação técnica, (vi) drogas, (vii) corrupção, (viii) idosos, (ix) moradia adequada e (x) educação em direitos humanos. Como membro do GRULAC, participamos da coordenação conjunta com a União Europeia nas consultas da resolução anual "omnibus" sobre direitos da criança. Juntamente com o NAM, atuamos na elaboração e negociação do projeto sobre direito ao desenvolvimento.

8. Embora mantenha posição crítica sobre a seletividade e parcialidade de determinadas iniciativas do Conselho, o Brasil não se furta a participar das deliberações de forma construtiva. Historicamente, o país tende a apoiar, no CDH, os projetos sobre a situação em países tendo por base avaliação criteriosa do mérito intrínseco de cada iniciativa. Defendemos medidas que contribuam efetivamente à proteção das vítimas e à prevenção de novas violações, evitando-se ações que possam revelar seletividade, politização, padrão duplo, e sanções desproporcionais ou contraproducentes. Advogamos pelo enfrentamento das causas mais profundas das graves crises observadas na Síria, Líbia, Iêmen, Sudão do Sul, Sudão, Eritreia, Mali, Somália ou na República Democrática do Congo, inclusive os déficits de desenvolvimento.

9.O crescente impacto dos atores não-estatais sobre o usufruto dos direitos humanos impõe novos desafios ao Conselho de Direitos Humanos. A atuação de empresas transnacionais, empresas privadas de segurança ou de caráter militar (PMSCs, na sigla em inglês), grupos terroristas, entre outros atores, demonstra sua crescente relevância nas deliberações sobre direitos humanos. Nessa questão, os campos dividem-se entre países que defendem parâmetros de implementação voluntária, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, e países que apoiam a negociação de instrumento juridicamente vinculante. De modo geral, o Brasil considera que as duas abordagens podem ser mutuamente complementares, contribuindo para consolidar a normatização internacional na matéria.

10.Nos últimos anos, o tema do terrorismo adquiriu dimensão ampliada no Conselho. Tendo por base resolução de iniciativa mexicana, inicialmente apresentada em 2004, o órgão tem-se debruçado regularmente sobre a questão, de forma a esclarecer as obrigações internacionais dos estados no contexto do combate ao terrorismo. Resolução de autoria do Paquistão, adotada em 2014, identificou as consequências negativas para os direitos humanos decorrentes do uso de veículos aéreos armados não-tripulados (VANTS). Em 2015, o Egito propôs a consideração das ações terroristas sobre o usufruto dos direitos humanos. Em 2016, EUA, França, Turquia, Tunísia, Marrocos, Colômbia e Peru, entre outros, abordaram a relação entre os direitos humanos e a prevenção e o enfrentamento do extremismo violento.

11.O Brasil tem-se engajado ativamente nas deliberações do tema e apoiado as diversas resoluções adotadas sobre a matéria, fazendo contribuições substantivas de texto. O país defende que o combate ao terrorismo se dê ao amparo do direito internacional, em especial dos direitos humanos. Salientamos a necessidade de o CDH aprofundar a consideração de aspectos específicos do fenômeno, como o regime aplicável ao uso de VANTS ("drones"). Reconhecemos igualmente a importância de se definir, no plano internacional, o crime de terrorismo.

12.No quadro das execuções de cidadãos brasileiros no exterior por crimes relacionados ao tráfico de drogas, o Brasil assumiu papel vocal de liderança contra a pena de morte no CDH, sobretudo em casos que não observam o princípio da proporcionalidade e as garantias judiciais e legais inerentes às normas internacionais de direitos humanos. Além

de fazer pronunciamentos, em caráter nacional, coordenou intervenções conjuntas pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

13.No período 2013 (último trimestre) - 2016, o Conselho realizou 5 sessões especiais para examinar situações de violações de direitos humanos consideradas particularmente graves e urgentes. A Delegação defendeu o engajamento de todos os atores relevantes nas discussões da situação na República Centro-Africana (janeiro de 2014) e no Burundi (dezembro de 2015). Buscou atuar de forma construtiva nas deliberações sobre os Territórios Palestinos Ocupados (julho de 2014), bem como a respeito do impacto decorrente de ações do ISIL (setembro de 2014) e do Boko Haram (abril de 2015).

14.Ao longo dos três anos em que estive à frente da Missão, trabalhei intensamente em favor da candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos para o período 2017-2019, nas eleições que deverão ocorrer em 28 de outubro de 2016. Além de comunicações enviadas a todas as missões e gestões pessoais junto aos países que ainda não tinham definido posição, promovi eventos para divulgar os compromissos voluntários brasileiros e levantar a visibilidade do pleito brasileiro. Na 33ª sessão do Conselho, participei de reunião promovida pela Anistia Internacional, International Service for Human Rights, EACDH e as Missões de Albânia, Canadá e Mongólia, com os países candidatos, a fim de defender as credenciais brasileiras para voltar a integrar o CDH.

15.Nas Revisões Periódicas Universais, a Missão consolidou a prática de realizar intervenções sobre todos os países examinados em cada sessão, aproximadamente 45 por ano. Para tanto, baseou-se nos relatórios elaborados pelo EACDH, nos subsídios enviados pelas embaixadas nos países sob escrutínio e em contatos mantidos com representantes desses países e integrantes de organizações da sociedade civil. Em 2013, realizei gestão junto à missão de Israel com vistas ao retorno do país, de forma regular, ao mecanismo de revisão.

16.Também no período 2013 (último trimestre) - 2016, a Missão prestou assistência às visitas efetuadas ao Brasil por sete titulares de mandatos de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e mecanismos de órgãos de tratado. Em dezembro de 2013, visitaram o Brasil o grupo de trabalho de peritos sobre pessoas afrodescendentes e a relatora especial sobre o direito humano à água e ao saneamento. Em 2015, foram ao Brasil: o relator especial sobre a tortura e outras formas de tratamento cruéis, desumanas ou degradantes (agosto); a

relatora especial sobre questões de minorias (setembro); o Subcomitê de Prevenção da Tortura (outubro); e o grupo de trabalho sobre empresas e direitos humanos (dezembro). A relatora especial sobre direitos dos povos indígenas esteve no Brasil em março de 2016. Desde 1995, o Brasil recebeu 21 visitas de procedimentos especiais temáticos.

17. Em agosto de 2015, coordenei a apresentação do primeiro relatório periódico do país ao Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência (CDPD), ocasião em que fiz a intervenção inicial. A delegação brasileira foi chefiada pelo então secretário de direitos humanos, deputado Pepe Vargas, e integrada por representantes dos três poderes, inclusive a deputada federal Mara Gabrili (PSDB/SP). Em setembro do mesmo ano, chefieei a delegação brasileira que apresentou ao Comitê dos Direitos da Criança (CDC) os relatórios periódicos relativos ao cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Ainda com respeito aos direitos das crianças, mantive contatos permanentes com a representante especial do SGNU sobre a violência contra a criança, Marta Santos Pais, de nacionalidade portuguesa, e participei de todos os debates por ela organizados ao longo de minha gestão.

18. Como se sabe, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 23/12/2013, a resolução 68/257, que proclamou a Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024, sob o tema: "Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento". As negociações sobre o programa de atividades da Década ocorreram entre os meses de abril e junho de 2014, em Genebra. A participação do Brasil contribuiu para que o programa de atividades, aprovado em 1º de dezembro de 2014 pela AGNU (A/Res/69/16), abrangesse os aspectos seguintes: negociação de uma declaração das Nações Unidas sobre direitos dos afrodescendentes; criação de um foro permanente dos afrodescendentes; coleta de informações relevantes, inclusive dados desagregados; e adoção de medidas especiais de promoção dos direitos de afrodescendentes.

19. O alto comissário para os direitos humanos, Zeid Ra'ad al Hussein, participou, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2015, da Reunião Regional da América Latina e Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes. Realizei gestões que possibilitaram a escolha de Brasília como sede do evento e acompanhei pessoalmente a visita do alto comissário ao Brasil. Em reconhecimento ao importante papel do país, fui

convidada, pelo EACDH para atuar como moderadora em evento paralelo sobre o "50º Aniversário da Adoção da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - ICERD", realizado à margem da 28ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

20.Como resultado dos estreitos contatos mantidos pela missão com o Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos, foi organizado, em julho de 2015, em Brasília, seminário de treinamento e capacitação sobre o mecanismo de revisão periódica universal. O evento teve como objeto difundir boas práticas e experiências exitosas sobre a matéria, tendo como público alvo funcionários e peritos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tiveram sua participação inteiramente custeada pelo EACDH.

21.Durantes os três anos de minha gestão, a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres manteve-se como prioridade. O Brasil integra os "Geneva Gender Champions" (GGC), grupo lançado pelo Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, na sigla em inglês) e pela missão dos EUA, no segundo semestre de 2015. O aniversário de 20 anos da Declaração e Plano de Ação de Beijing fortaleceu o debate em Genebra sobre os direitos das mulheres em 2015. Por iniciativa brasileira, o tema foi incorporado ao diálogo sobre transversalização dos direitos humanos, durante a 28ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

22.Em reconhecimento ao papel pioneiro do país nas discussões sobre o direito dos idosos, tive a honra de representar o Brasil em conferência internacional sobre o envelhecimento, realizada em abril deste ano, na Eslovênia. Na oportunidade, apresentei informações sobre políticas nacionais de promoção dos direitos dos idosos, bem como as posições brasileiras em defesa de instrumento internacional vinculante sobre a questão.

23.As complexidades inerentes à promoção e à proteção dos direitos dos povos indígenas reclamaram atenção permanente. Recebi várias lideranças indígenas brasileiras que visitaram Genebra a fim de manter encontros com mecanismos do sistema internacional de direitos humanos e participar de atividades de sensibilização em favor da proteção dos direitos de seus povos ou comunidades. Denúncias de ataques contra comunidades indígenas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul (2015-2016) assim como atos de violência registrados durante a execução de mandados de reintegração de posse suscitaram pedidos de esclarecimentos de parte do Escritório do Alto Comissário

para os Direitos Humanos e da relatora especial sobre direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz. O relatório final de sua visita ao Brasil, em março deste ano, foi apresentado ao CDH durante sua 33a sessão, em setembro.

24.As atenções do sistema de direitos humanos da ONU voltaram-se para o Brasil na qualidade de país sede da Copa do Mundo de Futebol (2014) bem como dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio (2016). Participei, como painelistas, de evento paralelo sobre a proteção de crianças contra a exploração sexual no contexto de megaeventos esportivos, realizado durante a 25ª sessão do CDH, em março de 2014. Expus as medidas promovidas pelo país no contexto da "Agenda de Convergência para a Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Grandes Eventos". Em junho de 2014, durante a 26ª sessão do CDH, moderei painel intitulado "Igualdade nos esportes". O evento contou com a participação da presidente do CDH, da então alta comissária para direitos humanos, Navi Pillay, de representantes do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da UEFA, além de ex-atletas profissionais. Para divulgar a realização da Copa do Mundo no Brasil, organizei evento no edifício sede da ONU em Genebra (Palais des Nations), ao qual compareceram cerca de 500 pessoas. Em junho de 2016, a Missão promoveu painel sobre direitos humanos e esportes, o qual contou com a participação da diretora de sustentabilidade, acessibilidade e legado do Comitê Organizador da Rio 2016, Tânia Braga. A missão participou, igualmente, de diversos eventos promovidos por organizações da sociedade civil para debater as medidas adotadas pelo governo para assegurar a observância dos direitos humanos nos Jogos.

25.Realizada em 29 de abril de 2016, por ocasião da passagem da chama olímpica por Genebra, a cerimônia "Celebrando o Espírito Olímpico", contou com a participação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon; do então ministro do esporte, Ricardo Leyser Gonçalves; do presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach; do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador da Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman; e da atleta paralímpica brasileira Natália Mayara (tênis em cadeira de rodas).

26.Registro, por fim, ter sido indicada, pelo GRULAC, para integrar, em 2016, o Grupo Consultivo do Conselho de Direitos Humanos, que tem por atribuição pré-selecionar e propor ao presidente do CDH listas tríplexes de candidatos para ocupar

vagas a serem preenchidas em procedimentos especiais do Conselho.

27.Independentemente da eleição do Brasil para o Conselho, a agenda em direitos humanos do país permanecerá intensa. No primeiro semestre de 2017, o Brasil apresentará no Conselho seu relatório nacional do mecanismo de revisão periódica universal. No próximo ano, o país deverá avançar nos esforços para atualizar os relatórios aos órgãos de tratados. Estão previstas, tentativamente, três visitas de relatores especiais ao país em 2017 (saúde, dívida externa e tráfico de pessoas). A fim de dar seguimento às prioridades brasileiras no Conselho, a delegação deverá apresentar resoluções sobre temas como direito à privacidade, orientação sexual e identidade de gênero, direito à saúde, discriminação e racismo e direito dos idosos, entre outros. A Missão deverá também seguir e monitorar a situação de direitos humanos em países que merecem especial atenção do CDH.

SAÚDE

28.No período 2013 (último trimestre) - 2016, DELBRASGEN acompanhou as atividades da Organização Mundial da Saúde e das entidades que gravitam ao seu redor: UNAIDS, UNITAID, Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Codex Alimentarius (FAO/OMS), Agência Internacional para a Pesquisa sobre o Câncer (IARC), Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR), Programa Especial de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento em Pesquisa sobre Reprodução Humana (HRP, na sigla em inglês), assim como manteve contatos com o "Pool" de Patentes, Fundo Global de Luta contra o HIV/Aids, Tuberculose e Malária, e a Aliança GAVI.

29.Ao longo dos últimos três anos, o Brasil foi membro ativo do Conselho Executivo da OMS e já apresentou, junto à OPAS/Washington, candidatura para retornar ao Conselho, a partir de maio de 2017. De modo permanente, a Missão participa da concertação de posições no âmbito do Grupo das Américas da OMS (GRUA/OMS).

30. Dentre os grupos políticos de coordenação em saúde, cumpre citar o dos ministros da saúde dos BRICS, que se reúne anualmente em Genebra, à margem da Assembleia Mundial de Saúde. O Brasil assumiu a presidência do grupo em 2014 e organizou exitoso evento paralelo à Assembleia daquele ano, intitulado "Acesso a medicamentos: desafios e oportunidades para países em desenvolvimento". Na condição de coordenador

do grupo na ocasião, organizei reunião de trabalho dos ministros da saúde dos BRICS na residência oficial e acompanhei, pessoalmente, as demais atividades do BRICS saúde durante minha gestão.

31. A Missão coordenou posições no âmbito da iniciativa "Política Externa e Saúde Global" (FPGH, na sigla em inglês). Criada em 2007, o FPGH representa foro de concertação entre diferentes regiões do mundo, no qual África do Sul, Brasil, França, Noruega, Senegal, Indonésia e Tailândia, membros fundadores, exploram, a cada ano, o desenvolvimento conjunto de temas da agenda multilateral da saúde, a cada ano, sob distintas óticas. Em 2016, o FPGH tem buscado articular-se, na OMS e na Assembleia-Geral da ONU, por exemplo, em torno do tema da resistência antimicrobiana e da relação entre trabalhadores de saúde e crescimento econômico.

32. À margem da Assembleia Mundial da Saúde (AMS), segue as reuniões anuais de ministros da saúde da UNASUL, que contam com o apoio do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), dirigido até maio de 2016 pelo ex-ministro da saúde do Brasil, José Gomes Temporão.

33. Cabe sublinhar que está em curso o processo de escolha do próximo Diretor-Geral da OMS, a ser eleito, por escrutínio secreto, na 70ª AMS, em maio de 2017. Acompanhei reuniões bilaterais do ministro da saúde Ricardo Barros, à margem da última Assembléia, com os três candidatos já anunciados: (i) Philippe Douste-Blazy (França); (ii) Tedros Adhanom Ghebreyesus (Etiópia); e (iii) Sania Nishtar (Paquistão).

34. Merece destaque, igualmente, o esforço da OMS de adaptar-se à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, iniciada com a aprovação, em maio passado, de resolução na 69ª AMS, que contou com o apoio do Brasil.

35. Contribuímos para a bem-sucedida negociação, após quatro anos de trabalhos, do marco de interação da OMS com atores não-estatais (FENSA, na sigla em inglês). Primeiro documento dessa natureza aprovado no sistema ONU, visa estabelecer critérios precisos para uma relação sem conflitos de interesse entre, de um lado, entes não-estatais, tais como empresas privadas, entidades filantrópicas, academia e ONGs e, de outro, a OMS.

36. O Brasil foi também ativo participante na criação de um novo pilar dentro da estrutura da OMS para enfrentar emergências de saúde. Avançamos a noção de que a nova

estrutura, conquanto relevante, não deveria ser constituída em detrimento das demais atividades em prol da saúde pública, historicamente desenvolvidas pela OMS.

37. No período 2013 (último trimestre) - 2016, a Missão observou a crescente abordagem de temas de saúde pela lente da segurança, tais como a resistência antimicrobiana, o deslocamento transfronteiriço de doenças e epidemias devido aos fluxos migratórios, o acesso de agentes de saúde a países em conflito (ex. "médicos de coturno" em áreas conflagradas), e o lançamento da "Agenda Global de Segurança em Saúde".

38. No dia 1º de fevereiro de 2016, a OMS declarou os focos de microcefalia e desordens neurológicas associadas ao vírus zika como "Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional", nos termos do Regulamento Sanitário Internacional 2005. O tema ganhou destaque internacional e colocou o Brasil no epicentro dos debates de saúde global.

39. Participei de sessões informativas na OMS para esclarecer os principais elementos da exitosa resposta do governo brasileiro à epidemia. Mantive contato estreito com a Diretora-Geral (DG) da OMS, Dra. Margaret Chan, e a Diretora da OPAS, Dra. Carissa Etienne, com vistas a assegurar o fluxo de informações entre Brasília e Genebra, bem como a organização das visitas feitas pela DG-OMS ao Brasil em março passado e por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos, em agosto último.

40. O Brasil tomou parte nos debates sobre a revisão do "Regulamento Sanitário Internacional 2005" (RSI 2005), ocorrida na esteira da crise do ebola, e defendeu cautela em relação a eventuais obrigações acrescidas. O RSI 2005 é o instrumento normativo para a resposta internacional a emergências no âmbito da OMS. À luz de iniciativas de alguns países em reação ao vírus zika, postulamos o detalhamento e a especificação de critérios para casos em que estados membros decidam aplicar restrições de comércio e de viagens mais estritas do que as recomendadas pela própria OMS.

41. Se na resposta ao vírus zika o Brasil recebeu o apoio e a cooperação da DG-OMS, é relevante registrar que a DG-OMS solicitou-me facilitar contato com o ministro da saúde Ricardo Barros com vistas a que o Brasil pudesse disponibilizar estoques de vacinas produzidas por Biomanguinhos para acelerar a resposta internacional aos surtos de febre amarela urbana em Angola e na República Democrática do Congo, ora em curso.

42. No tocante à revisão do regime de partilha de vírus da influenza com potencial pandêmico (marco PIP), cujos resultados serão apresentados à 70ª AMS, em 2017, defendemos o equilíbrio entre o acesso às cepas de vírus e a partilha de benefícios. Além de possível expansão para o compartilhamento de materiais e benefícios relacionados a outras doenças infecciosas (ex. zika, ebola), está em debate forma de enquadramento de dados de sequenciamento genético no âmbito do marco PIP.

43. O tema da resistência antimicrobiana (AMR) adquiriu relevância em 2015, com o debate e a aprovação do Plano de Ação Global sobre AMR na OMS. Bactérias e outros microorganismos resistentes a medicamentos podem impedir o tratamento de doenças transmissíveis e não transmissíveis e ameaçar a eficácia até mesmo de procedimentos cirúrgicos hoje corriqueiros. A atuação do Brasil foi fundamental para garantir que o tema seja tratado com base em evidências científicas e análise de risco ("risk analysis"). Força tarefa presidida pelo economista britânico, Lorde Jim O'Neill, contribuiu para elevar o perfil do assunto internacionalmente, na OMS, no G7, no G20 e na Assembleia Geral das Nações Unidas. Em abril passado, recebi O'Neill na Missão, a pedido, para intercambiar opiniões sobre a AMR.

44. O assunto interessa ao Brasil não só pelo ângulo da saúde pública, mas também pelo vínculo entre saúde humana, animal e vegetal. As medidas de controle e restrição que vêm sendo debatidas abarcam a área animal e vegetal, e podem elevar custos para a agropecuária e agricultura brasileiras, afetando grandes produtores e exportadores. O Brasil defende que medidas acordadas internacionalmente para o combate à resistência antimicrobiana sejam equitativas e equilibradas, privilegiem campanhas de conscientização e prevenção, evitem restrições ao acesso a medicamentos para aqueles que mais precisam e levem também em consideração a segurança alimentar e nutricional.

45. O debate sobre pesquisa e desenvolvimento em saúde prossegue no contexto do seguimento ao relatório do "Grupo Consultivo de Especialistas sobre Pesquisa e Desenvolvimento: Financiamento e Coordenação" (CEWG, na sigla em inglês). Temas como o Observatório Global das necessidades de P&D em saúde, roteiro para pesquisa em áreas potencialmente de emergência, entre outros aspectos relativos ao aprimoramento do sistema de inovação e propriedade intelectual, continuam em discussão, a despeito de divisões profundas de perspectiva

entre países desenvolvidos, em desenvolvimento, e a indústria farmacêutica. No contexto dessa discussão, o ministério da saúde aportou, em 2015, contribuição voluntária de USD 1 milhão para a implementação de projetos de demonstração, dentre os quais um liderado pela Fiocruz para o desenvolvimento de vacina contra a esquistossomose.

46. O Brasil integra o Mecanismo de Estados-Membros sobre produtos médicos abaixo do padrão/ espúrios/ falsamente rotulados/ falsificados/ contrafeitos ("MSM/SSFFC", na sigla em inglês). Desde 2015, a ANVISA lidera, com o apoio desta missão, o grupo de trabalho no âmbito do MSM, encarregado de elaborar recomendações às autoridades reguladoras com vistas à prevenção, detecção e combate a produtos médicos SSFFC, bem como desenvolver material de treinamento.

47. A Missão acompanhou, também, as atividades do painel de alto nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre inovação e acesso a medicamentos, anunciado em 19 de novembro de 2015. O relatório acaba de ser publicado (setembro 2016). Co-presidido por Ruth Dreyfus - ex-Presidente da Confederação Suíça, e Festus Mogae - ex-Presidente de Botswana, foi integrado também por dois brasileiros: o embaixador Celso Amorim, e o Dr. Jorge Bermudez, da Fiocruz.

48. Cabe sublinhar que a missão liderou a negociação da "Declaração de Brasília", adotada por ocasião da 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, em Brasília, em novembro de 2015. O documento atualizou o debate sobre o tema, com a inclusão de questões como equidade, mobilidade e proteção dos usuários mais vulneráveis.

49. A missão integrou, ainda, o Grupo de Trabalho Conjunto FAO/OMS, que redigiu a Declaração e o Plano de Ação de Roma sobre Nutrição (inclusive formas de má nutrição, como desnutrição, sobrepeso e obesidade), aprovados na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição, em Roma, em novembro de 2014.

50. A implementação do Plano de Ação Global para Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNTs) 2013-2020 é tema de interesse do ministério da saúde, e, também, tem sido objeto de atento acompanhamento por esta Missão. As DCNTs causam 80% das mortes no mundo e exigem atuação virogosa (e onerosa) dos sistemas de saúde dos estados, inclusive no combate, politicamente delicado, aos fatores de exacerbação de riscos, tais como o fumo, o açúcar, o sal, bebidas alcóolicas e

gordura saturada. Registre-se que foram iniciados os preparativos para a terceira Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU sobre a Prevenção e o Controle de DCNTs, em 2018.

51. Em maio de 2014, a 67ª Assembleia Mundial da Saúde adotou histórica resolução sobre o fortalecimento do papel dos sistemas de saúde no combate à violência interpessoal contra mulheres e meninas, e contra crianças. Realizei gestões pessoais para que o relatório global sobre violência e saúde da OMS, relativo a 2014, registrasse apenas dados validados pelo Governo brasileiro sobre a situação da violência interpessoal no Brasil.

52. Em 2014, o Brasil apresentou, também, resolução sobre hepatites virais. Dessa iniciativa resultou a estratégia setorial da OMS para hepatites virais 2016-2021, com foco na prevenção, segurança alimentar e da água, políticas de redução de danos para as pessoas que usam drogas injetáveis e intervenções para diminuir o consumo de álcool, além de medidas de tratamento e controle da doença.

53. Ainda durante a 67ª AMS, a missão presidiu a negociação que levou à aprovação de resolução sobre o combate à tuberculose. O texto constitui a estratégia global da OMS para a doença e, ao assinalar o problema da tuberculose multi-resistente, encarece maior colaboração transfronteiriça. As ações previstas têm por objetivo reduzir 95% das mortes até 2035 e 90% dos novos casos. Na ocasião, o Brasil organizou evento paralelo intitulado "Vencendo a luta contra a tuberculose".

54. Foi aprovada, na mesma sessão, resolução intitulada "Seguimento à Declaração Política de Recife sobre Recursos Humanos em Saúde: compromissos renovados em direção à cobertura universal de saúde", para consagrar os avanços obtidos no 3o Fórum Global de Recursos Humanos em Saúde, ocorrido no Brasil, em 2013.

- CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)

55. O Brasil é membro fundador da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco (CQCT), cujo Secretariado é chefiado pela brasileira Vera Luiza da Costa e Silva (mandato 2014-2018). Sua designação foi apoiada por reiteradas gestões que empreendi em 2013. Desde então, tenho mantido estreita interlocução com a Dra. Costa e Silva.

56. A CQCT é instrumento juridicamente vinculante. O Brasil mantém perfil alto nas reuniões da Conferência das Partes (COP) e integra diferentes grupos de trabalho (GTs). São pautas importantes seja da perspectiva da saúde, seja do ponto de vista econômico-comercial. Refiro-me, por exemplo, ao GT sobre preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco; o GT sobre responsabilização jurídica; e o GT sobre alternativas economicamente sustentáveis ao cultivo do tabaco.

57. A Missão está seguindo os preparativos para a 7ª sessão da Conferência das Partes (COP7), que será realizada em Nova Delhi, Índia, entre os dias 7 e 12 de novembro de 2016.

- CODEX ALIMENTARIUS

58. O Codex Alimentarius, programa conjunto FAO/OMS, vem sendo acompanhado pela Delegação do Brasil em Genebra e pela Representação do Brasil junto à FAO, em Roma. A eleição do brasileiro Guilherme da Costa a Vice-Presidente da Comissão, em 2015, contou com vigorosa campanha a que me dediquei pessoalmente.

- AGÊNCIA INTERNACIONAL PARA A PESQUISA SOBRE O CÂNCER (IARC, na sigla em inglês)

59. A IARC, com sede em Lyon, foi criada em 1965, por meio da resolução WHA18.64 da Assembleia Mundial da Saúde (OMS). O Brasil foi readmitido como o 23º Estado participante da IARC em 16 de maio de 2013, mediante a Decisão GC/55/R1 do Conselho Diretor da IARC. O Diretor do Instituto Nacional do Câncer José Gomes da Silva Alencar, representa o Brasil, único membro da América do Sul e Central.

60. A IARC emite pareceres técnicos ("monografias") sobre a carcinogenicidade de diversas substâncias, tais como, recentemente, o glifosato utilizado na agricultura nacional, o café e a carne processada. Apesar de não participar diretamente das reuniões, a Missão mantém interlocução com a Agência, de modo a informar sobre a repercussão de suas publicações no âmbito da OMS.

- UNITAID

61. O Brasil participa como membro permanente do Conselho Executivo da UNITAID, que se reúne duas vezes por ano. A entidade é financiada por mecanismo inovador, baseado em taxa aplicada a passagens aéreas. Sua missão é promover projetos para ampliar o acesso, a preços reduzidos, a medicamentos

para combate à malária, tuberculose e HIV/AIDS. A estrutura de governança inclui, além de países, representantes de ONGs, comunidades de pessoas afetadas pelas doenças e entidades filantrópicas, como a fundação Bill e Melinda Gates.

62. Além do aporte de recursos substantivos, o Brasil, em representação conjunta do Itamaraty e do Ministério da Saúde, é instado rotineiramente a deliberar sobre projetos de financiamento e temas relativos à gestão da entidade. O embaixador Celso Amorim foi selecionado para a presidência do Conselho Executivo, em junho passado, em substituição ao ex-ministro da saúde e das relações exteriores da França, Phillippe Douste-Blazy, atualmente candidato ao cargo de diretor-geral da OMS.

- UNAIDS

63. O Programa da ONU para Combate ao HIV/AIDS, também sediado em Genebra, conta com presença importante de brasileiros em seu secretariado, em virtude das exitosas experiências do País que serviram de inspiração para a própria criação da entidade. Seu vice-diretor executivo e secretário-geral assistente da ONU é o médico Luiz Loures. A diretoria de direitos humanos, gênero, mobilização de comunidades e prevenção é ocupada pela médica Mariângela Simão, também brasileira.

64. O surgimento de outras emergências de saúde pública, como o ebola e o vírus zika, assim como o deslocamento de prioridades orçamentárias nos países doadores tradicionais para lidar com os fluxos recentes de migrações em massa reduziram os recursos disponíveis para o UNAIDS, o que obrigará a entidade a rever custos e programas, enquanto busca manter o nível de engajamento na luta contra o HIV/AIDS, com vistas à erradicação da epidemia até 2030, conforme meta da Agenda 2030.

- FUNDO GLOBAL DE LUTA CONTRA O HIV/AIDS, TUBERCULOSE E MALÁRIA

65. O Fundo Global de luta contra o HIV/Aids, Tuberculose e Malária foi criado com base em resolução da AGNU em 2001, e, desde então, consolidou-se como o principal mecanismo de financiamento para o combate às três doenças. Mobiliza USD 4 bilhões a cada ano, o que o torna a instituição internacional de saúde com maior orçamento. A Missão tem participado de debates e mantido contato com seus diretores, ainda que o Brasil não contribua para o Fundo.

- ALIANÇA GLOBAL PARA VACINAS E IMUNIZAÇÃO (GAVI, na sigla em inglês)

66. A Aliança Global para Vacinas e Imunização transformou-se na principal plataforma para campanhas de imunização em países de baixa renda. Desde sua criação, em 2000, vacinou mais de 500 milhões de crianças e 300 milhões de adultos. Em quinze anos de operação, registrou compromissos financeiros da ordem de US\$ 10 bilhões.

67. O Brasil declarou filiação à GAVI, em 2006. Em 2011, anunciou doação de USD 20 milhões em 20 anos e sancionou lei específica nessa matéria (Lei 12.413, de 31/05/2011). Não foi possível, até o momento, viabilizar a assinatura dos instrumentos legais de filiação à GAVI, o que impede a participação direta do país em suas atividades.

68. Nos próximos meses, o universo de foros relacionados à saúde contará com extensa agenda de reuniões e encontros, a grande maioria deles em Genebra:

- 4 e 5 de outubro. 16ª reunião do Comitê de Finanças e Prestação de Contas (FAC, na sigla em inglês) e 15ª reunião do Comitê de Políticas e Estratégia (PSC, na sigla em inglês) da UNITAID;

- 4 a 11 de outubro de 2016 (Lyon, França). 117º Encontro de Monografias da IARC, que revisará o risco de carcinogenicidade, em humanos, do pentaclorofenol e compostos relacionados.

- 10 e 11 de outubro - Fórum do Plano Global de Ação sobre Saúde Mental (mhGAP, na sigla em inglês) da OMS;

- 18 a 20 de outubro - Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas sobre Imunização (SAGE, na sigla em inglês) da OMS;

- 24 a 26 de outubro - Congresso da Iniciativa de Hospitais Amigos da Criança;

- 31 de outubro - Diálogo Financeiro da OMS;

- 1º de novembro - Fórum de candidatos ao cargo de diretor-geral da OMS;

- 7 a 12 de novembro (Nova Délhi) - 7ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco;

- semana de 21 de novembro - 5ª reunião do Mecanismo de Estados-Membros sobre produtos médicos abaixo do padrão/espúrios/ falsamente rotulados/ falsificados/contrafeitos ("SSFFC");

- 14 a 18 de novembro - 38ª sessão do Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas da OMS;

- 21 a 24 de novembro (Xangai) - 9ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde;

- 5 a 9 de dezembro - 39ª Reunião do Conselho Coordenador de Programas do UNAIDS;

- 13 e 14 de dezembro - 26ª sessão do Conselho Executivo da UNITAID;

2017 - 18 a 20 de janeiro - 25ª sessão do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS;

- 23 de janeiro a 1º de fevereiro - 140ª sessão do Conselho Executivo da OMS;

- 21-28 de março - 118º Encontro de Monografias da IARC, que revisará o risco de carcinogenicidade, em humanos, da soldagem, fumos de solda e outros compostos relacionados. (Lyon, França)

- maio/2017 - 59ª reunião do Conselho Diretor da Agência Internacional de Pesquisa para o Câncer (Lyon, França)

- 18 e 19 de maio - 26ª sessão do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS;

- 22 a 31 de maio - 70ª Assembleia Mundial da Saúde;

SETOR HUMANITÁRIO

69. A escalada da crise humanitária global, nos últimos anos, levou à intensificação do contato do Brasil com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Além de participar das sessões regulares do Comitê Permanente e do Comitê Executivo, a Missão foi convidada para reuniões específicas organizadas pelo ACNUR sobre a crise de refugiados da Síria e do Oriente Médio. Nesse contexto, a Missão informou sobre os principais elementos da Resolução Normativa nº 17 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), de novembro de 2013, renovada por mais dois anos pela RN nº 20, de setembro de 2015, a qual propiciou a emissão de vistos em bases humanitárias para a acolhida no

Brasil de mais de 3,5 mil pessoas afetadas pela crise na Síria. Negociou, também, Memorando de Entendimento com o ACNUR voltado à cooperação no processamento de solicitações de vistos nas repartições consulares brasileiras em Amã, Beirute e Istambul.

70.A Missão integrou processo de consultas na sede do ACNUR, em preparação à Conferência Ministerial comemorativa do 30º aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados, realizada em Brasília, em dezembro de 2014. O país copresidiu as negociações da Declaração e Programa de Ação de Brasil, adotados no marco do processo "Cartagena+30".

71.Em reconhecimento ao papel do país no campo humanitário, o Brasil foi chamado a integrar Grupo de Alto Nível de Apoio à Síria (HLM, na sigla em inglês). Chefeiei a delegação brasileira às diversas reuniões do HLM em Genebra e em Roma, sob a coordenação do Subsecretário e Coordenador de Ajuda Emergencial da ONU. A participação no Grupo foi útil na medida em que permitiu apresentar as posições brasileiras e acessar informações privilegiadas sobre o conflito. Com a criação do Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG, sigla em inglês), no início de 2016, o HLM passou a reunir-se em Genebra apenas em nível de peritos com o objetivo de intercambiar informações e promover cooperação sobre questões humanitárias.

72.Durante minha gestão, foi possível superar controvérsia a respeito do status associativo do Brasil na Organização Internacional de Migrações (OIM). Embora tenhamos depositado o instrumento de acessão à OIM em junho de 2012, o Secretariado da OIM insistia em cobrar contribuições a partir de 2004, ano em que a adesão do país foi aprovada pelo Conselho da Organização. Com o decisivo apoio da Secretaria de Estado, a Missão promoveu intenso trabalho, incluindo gestões pessoais junto aos principais membros da OIM, com vistas a chegar a entendimento mutuamente aceitável que eliminasse a pendência anterior a 2012. A superação da controvérsia permitiu a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da OIM no Brasil, em agosto de 2015, o que abriu caminho para a abertura do escritório da OIM no país.

73.A Missão exerceu a função de coordenador "pro tempore" do GRULAC-OIM, no segundo semestre de 2015. Proferi, nessa condição, intervenção conjunta em defesa do adensamento das relações da OIM com o Sistema ONU, contribuindo para a aprovação de mandato conferido ao Diretor Geral da OIM para

iniciar a negociação de acordo de associação com as Nações Unidas. Com efeito, a assinatura do referido instrumento ocorreu em 19 de setembro de 2016. Registre-se, ademais, recente pagamento da contribuição obrigatória do Brasil relativa ao ano de 2014 e de parcela de 2015, o que permitiu ao país reter seu direito de voto.

74.No contexto dos trabalhos preparatórios para a Cúpula de Sendai sobre Redução de Risco de Desastres, em 2015, a Missão preparou subsídios e participou das negociações para a elaboração do documento final. O Marco de Ação resultante consiste em compromissos, metas e terminologias, de natureza voluntária, que deverão ser internalizados pelos estados membros até o ano de 2030. Embora não tenha sido possível concluir o texto da declaração e do plano de ação em Genebra, o anteprojeto levado para Sendai constituiu base para as negociações e elemento central do acordo finalmente logrado no encontro.

75.A esse respeito, assinale-se que a Missão mantém interlocução, nesta cidade, com o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, na sigla em inglês), estabelecido em 1999 pela Resolução 54/219 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), com o propósito de assegurar a implementação da Estratégia Internacional para a Redução do Risco de Desastres. Atualmente o UNISDR tem a função de apoiar a implementação do Marco de Ação de Sendai.

76.DELBRASGEN também participou das tratativas promovidas, nesta cidade, pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária (UNOCHA) sobre a Cúpula Humanitária Mundial, realizada em Istambul, em maio de 2016. Boa parte das discussões preparatórias foram realizadas em Genebra.

77.O processo que levou ao encerramento das atividades da Iniciativa Nansen, criada com o objetivo de abordar os desafios de proteção de deslocados transfronteiriços no contexto de desastres e da mudança do clima, requereu o acompanhamento ativo da Missão. Após consulta global em Genebra, em outubro de 2015, com a presença de mais de uma centena de países, foi adotada declaração que endossou a "Agenda de Proteção", com recomendações na área do deslocamento. Em 2016, o Brasil decidiu integrar a Plataforma sobre Deslocados por Desastres, que deverá dar sequência à agenda da antiga Iniciativa Nansen.

78.A finalização, em 2014, do "Projeto Piloto Rio" do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, abriu caminho para a negociação do texto de novo acordo de sede com o CICV. A renovação da diretoria da Sociedade Brasileira da Cruz Vermelha permitiu, também, dar continuidade às tratativas de instrumento semelhante com a Federação Internacional da Cruz Vermelha, igualmente sediada em Genebra.

79.A Missão engajou-se ativamente no processo preparatório da 32ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, em 2015. Durante a Conferência, participamos das negociações dos diversos instrumentos adotados. Integrei como painelistas, juntamente com participantes da prefeitura e estado do Rio de Janeiro, evento paralelo "Humanitarian action in situations other than armed conflict: lessons from ICRC's pilot project in Rio", copatrocinado pelo CICV e pela Missão.

80.Diante da evolução da crise de migrantes e refugiados, tudo indica que o setor humanitário da missão deverá ser crescentemente acionado. Com efeito, o ACNUR e a OIM deverão consolidar a tendência de expansão verificada nos últimos anos no que respeita tanto ao número de reuniões quanto às demandas bilaterais. Espera-se que parte expressiva dos compromissos assumidos na Cúpula sobre Grandes Movimentos de Migrantes e Refugiados, realizada em setembro de 2016, em Nova York, necessitará de detalhamento técnico a ser conduzido pelas agências competentes em Genebra. Embora a próxima Conferência do CICV esteja prevista apenas para 2019, os trabalhos a respeito da reunião de estados sobre direito humanitário internacional, assim como sobre instrumento relativo a pessoas detidas em conflitos, terão lugar em Genebra. O conflito na Síria continuará a demandar apoio técnico e ajuda humanitária por parte das agências aqui sediadas.

81.A agenda de reuniões e eventos, já definidos, da área humanitária nos próximos meses inclui:

- 67ª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR (3-7/10);
- 2ª Reunião Preliminar do Processo Intergovernamental para a discussão do fortalecimento do respeito ao Direito Internacional Humanitário (12/10);
- 19ª Sessão do Comitê Permanente de Programas e Finanças da OIM (2-3/11);
- 3ª Sessão do GT sobre Terminologias e Indicadores do UNISDR, (14-18/12);

- 107ª Sessão do Conselho da OIM (5-8/12); e
- Diálogo Anual do Alto Comissário para Refugiados sobre Desafios de Proteção (8-9/12).
- TRABALHO

82. Nos últimos anos, um conjunto de temas tem marcado a agenda da Organização Internacional do Trabalho: reformas internas, governança, sistema de controle, negociação de novos instrumentos normativos e vinculação a temas fundamentais da agenda internacional, como os objetivos do desenvolvimento sustentável e a crise de refugiados. O Brasil manteve protagonismo nas negociações normativas, reuniões técnicas, grupos de trabalho e fóruns setoriais da organização, que se aproxima de seu centenário (2019), sempre em observância às instruções recebidas.

83. Constituída pelo Tratado de Versalhes, em 1919, a OIT pauta-se pelo princípio de que não há paz sem justiça social e estabelece padrões laborais mínimos. Desde sua origem, a OIT conserva caráter "sui generis" no âmbito das Nações Unidas. Fundada quase 30 anos antes da ONU, a organização se diferencia por sua estrutura tripartite. Ao congrega trabalhadores, empregadores e governos, a OIT reúne os três pilares da chamada economia real. Por contar com entidades patronais e sindicais com voz e voto nas deliberações, constitui foro de particular intersecção entre política interna e política externa. Ademais, as conferências internacionais do trabalho são ocasião propícia para importantes encontros bilaterais entre os chefes da delegação brasileira, via de regra o titular da pasta do Trabalho, e seus homólogos de diversos países, além de permitir também reuniões com o diretor-geral da OIT.

84. Em virtude de sua importância industrial, o Brasil é um dos dez membros não eletivos (permanentes) do Conselho de Administração (CA) da OIT e situa-se entre os estados-membros com maior número de ratificações das normas internacionais do trabalho (80 em vigor). Não é sem justa razão que participa com uma das delegações mais numerosas nas Conferências Internacionais do Trabalho (CIT) - por sua vez a maior reunião multilateral realizada anualmente em Genebra: em 2016, foram cerca de seis mil os delegados credenciados. As organizações sindicais e patronais brasileiras figuram entre as mais influentes em seus respectivos grupos. A seguir, comento temas de relevo na atuação brasileira em temas laborais ao longo dos últimos três anos.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE TRABALHO INFANTIL

85. A III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em Brasília entre 08 e 10 de outubro de 2013, foi objeto de exame pelo Conselho de Administração da OIT, em sua 320ª sessão, em novembro daquele ano. Em atmosfera de consenso, após gestões pessoais que realizei, inclusive como painelistas em evento na OIT para informar sobre a Conferência, o CA-OIT endossou a Declaração de Brasília e solicitou sua integração no Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O exame da Declaração de Brasília deu ocasião, igualmente, para que os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) interviessem pela primeira vez em conjunto no CA-OIT.

PROTOCOLO (P29) E RECOMENDAÇÃO (R203) SOBRE TRABALHO FORÇADO

86. O principal resultado da 103ª CIT (2014) foi a aprovação do Protocolo Adicional à Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado, juntamente com Recomendação que o complementa, tema acompanhado de perto pela então ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil. Durante os trabalhos da Comissão, a delegação brasileira participou ativamente das negociações, em estreita coordenação com o Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), tendo atuado como porta-voz do grupamento em diversos momentos.

PRIMEIRA INTERVENÇÃO BRICS

87. Em novembro de 2014, a sessão do Conselho de Administração da OIT foi marcada por concertação do BRICS que resultou em primeira intervenção conjunta do grupo no âmbito da OIT. Abordou-se a estratégia de cooperação para o triênio 2015-2017. A articulação serviu ainda para fazer avançar o debate sobre as possíveis modalidades para o diálogo entre os cinco países em temas laborais. Nas sessões seguintes do Conselho de Administração e da Conferência Internacional do Trabalho, o BRICS seguiu intervindo como grupo. Consolidando esse entendimento alcançado, os ministros do Trabalho passaram a reunir-se à margem das CITs.

A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO

88. Em março de 2015, participei na OIT de painel em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento, aberto pelo diretor-geral da OIT, contou com a presença de entidades representativas de movimentos de defesa dos direitos da mulher e organizações internacionais. No painel, transpareceu a convergência de visões entre o Brasil e o Secretariado da

OIT no que concerne a questões de gênero, equidade e diversidade no mundo do trabalho.

RECOMENDAÇÃO SOBRE A TRANSIÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL À ECONOMIA FORMAL (R204)

89. Após intensas negociações, a 104ª Sessão da CIT (2015) aprovou Recomendação sobre a Transição da Economia Informal à Economia Formal. O novo instrumento reconhece a alta incidência e a diversidade com que se apresenta a informalidade no mundo, o que impõe desafio à garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores. O texto propõe aos governos a adoção de medidas, em consulta com os atores sociais, com vistas a estimular a formalização e a adequação dos empregos às normas sócio-laborais. A atuação brasileira mereceu reconhecimento positivo, de outras delegações e do Secretariado da OIT, à luz dos resultados do Grupo de Trabalho Tripartite dedicado ao tema (criado no Brasil em 2014), o que permitiu melhor compreender as preocupações e interesses de cada uma das partes, bem como a elaboração de fórmulas consensuais. Em reconhecimento à atuação construtiva brasileira, coube ao país relatar ao plenário da conferência as conclusões da Comissão encarregada de elaborar o texto da Recomendação.

ESTRATÉGIA DA OIT PARA A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

90. A 325ª Sessão do Conselho de Administração da OIT (novembro 2015) aprovou a Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização - revisada, em boa medida, por solicitação dos BRICS e do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), em ambos os casos após gestões brasileiras. A nova versão da estratégia contextualiza a ação da OIT no marco dos ODS; além disso, reconhece o papel da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e, como complemento, da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

91. No período 2015-2017, a referida estratégia concentrará esforços nos seguintes "programas globais de referência": Trabalho Melhor; Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Forçado e Infantil; Ação Global para a Prevenção (acidentes e doenças de trabalho); Emprego para a Paz e a Resiliência, e; Piso de Proteção Social.

INICIATIVA SOBRE NORMAS E CONTROVÉRSIA SOBRE O DIREITO DE GREVE

92. Um dos mais difíceis impasses na OIT, durante meu período à frente de DELBRASGEN, diz respeito às diferentes

interpretações da bancada de sindical e patronal quanto ao direito de greve, durante os trabalhos da Comissão de Aplicação de Normas (CAN) nas CITs de 2012 a 2014. A paralisação na CAN levou o secretariado a propor diversas iniciativas com o propósito de esclarecer a questão jurídica substantiva central, bem como aprimorar a eficiência do próprio sistema de controle de normas. Participei diretamente das negociações com vistas à busca de solução consensual, seja por meio do grupo de governos seja em coordenação com o DG da OIT, de modo a restabelecer a normalidade das atividades da CAN na Conferência de 2015.

93. Decisivo para a superação do impasse foram os resultados de reunião tripartite sobre a Convenção 87 (liberdade sindical), ocorrida em fevereiro de 2015, quando empregadores e trabalhadores chegaram a acordo sobre a condução da CAN de maneira a evitar a paralisação dos anos anteriores e propuseram mudanças procedimentais. Nesse sentido, restabeleceu-se grupo de trabalho do Conselho de Administração dedicado ao funcionamento da CAN e decidiu-se, no CA de 2015, lançar mecanismo de revisão de normas (Standards Review Mechanism, SRM), para avaliar a atualidade das normas em vigor e a possibilidade de sua ab-rogação, derrogação, ou revisão, bem como a identificação dos melhores métodos para a adoção de reformas ou novos instrumentos normativos.

MOBILIDADE DE PESSOAS EM LARGA ESCALA

94. A OIT tem dedicado especial atenção aos movimentos migratórios internacionais e à atual crise de refugiados. O estudo geral da Comissão de Especialistas em Aplicação de Convenções e Recomendações, publicado em 2016, versou sobre instrumentos relativos aos trabalhadores migrantes. A delegação brasileira proferiu intervenção, quando da discussão do tema pela Comissão de Aplicação de Normas da 105ª CIT, em que destacou a importância do respeito aos direitos humanos dos migrantes, a diferença jurídica entre migrantes e refugiados e a importância do diálogo tripartite na elaboração de políticas para a migração laboral. Além disso, o tema será objeto de discussão em uma das comissões temáticas da CIT em 2017.

95. Com relação à crise de refugiados, em particular, a missão participou de Segmento de Alto Nível da 326ª Sessão do Conselho de Administração (março de 2016) e de Reunião Técnica Tripartite sobre o Acesso de Refugiados e Pessoas Deslocadas Forçosamente ao Mercado de Trabalho, em julho de 2016. Em ambas, defendeu o respeito aos direitos dos

refugiados, conforme os instrumentos internacionais em vigor, bem como o apoio da comunidade internacional aos países de acolhida de grandes contingentes de refugiados e pessoas deslocadas pela força. Ademais, na Reunião Técnica Tripartite em apreço, a delegação brasileira exerceu a presidência do grupo de governo e, como tal, foi instrumental para a obtenção de consensos em diversos pontos do documento aprovado como "princípios orientadores" a serem ainda submetidos ao Conselho de Administração na próxima sessão, de novembro de 2016.

AGENDA 2030 - 105ª CIT

96. A conferência deste ano, em todas as suas reuniões especializadas, foi marcada pelo compromisso da OIT e dos atores que compõem o mundo do trabalho com a agenda 2030. A Organização se envolveu intensamente na negociação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e no momento dedicase a sua implementação. A 105ª Conferência Internacional do Trabalho, em 2016, foi a primeira CIT após a adoção da Agenda 2030. A Missão teve papel de relevo na obtenção de consenso para a adoção de resolução que atualiza e reafirma a Declaração da OIT de 2008 sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa, um dos principais fundamentos normativos da agenda do trabalho decente (integrada no ODS 8), que preconiza a criação de empregos, a proteção social, os direitos trabalhistas e o diálogo social.

97. Na 105ª CIT, acompanhei o ministro Ronaldo Nogueira em reuniões com o DG Guy Ryder, com seus homólogos da Argentina, Áustria, Moçambique, Paraguai e Tunísia, bem como com os chefes de delegação da CPLP e do BRICS.

CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTO

98. A delegação brasileira engajou-se ativamente para construir o consenso em comissão temática da 105ª CIT (2016) que abordou o tema das cadeias globais de suprimento. Objeto de controvérsias para sua inclusão na agenda da Conferência, bem como de intensas negociações ao longo de seus trabalhos, da comissão resultou extenso programa de ação para a OIT.

PROCESSO DE SELEÇÃO DO DIRETOR-GERAL DA OIT

99. Coordenando-se com o GRULAC e a CPLP, o Brasil foi um dos países que indicaram ao Conselho de Administração o nome de Guy Ryder para o exercício de novo mandato na direção-geral da OIT. O DG Ryder soube construir consensos produtivos e alavancar o perfil da organização nos últimos anos.

100. A agenda da OIT nos próximos meses abordará uma diversidade de temas ao abrigo do mandato da organização:

2016 - 26-30/9: Reunião de peritos para adoptar diretrizes de política para a promoção de meios de vida sustentáveis nas zonas rurais dirigidas aos setores agroalimentares;

- 3-5/10: Grupo de trabalho especial para o exame da Declaração da OIT sobre Empresas Multinacionais e Política Social;

- 3-6/10: Reunião de peritos sobre a violência contra as mulheres e os homens no mundo do trabalho;

- 10-14/10: Grupo de trabalho tripartite do mecanismo de exame de normas;

- 24-26/10: Fórum de diálogo mundial sobre as dificuldades e oportunidades do teletrabalho para os trabalhadores e empregadores nos setores de serviços de tecnologia da informação, comunicação e financeiros;

- 27/10-10/11: 328.^a Sessão do Conselho de Administração; - 21-30/11: Reunião de peritos para adotar versão revisada do Repertório de recomendações práticas sobre segurança e saúde nos portos;

2017 - 20-24/02: Reunião de peritos para adoptar pautas sobre o trabalho decente e o turismo socialmente responsável;

- 9-23/3: 329.^a Sessão do Conselho de Administração;

- 24-28: Reunião setorial tripartite para tratar dificuldades e oportunidades em relação ao trabalho decente no âmbito dos serviços de saúde, com atenção especial ao emprego e às condições de trabalho;

- Abril/2017: Grupo de trabalho do Comitê Tripartite Especial da Convenção do Trabalho Marítimo (2006) ; - 5-16/6: 106.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho;

- 17/6: 330.^a Sessão do Conselho de Administração.

MEIO AMBIENTE

101.No que se refere a meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a Missão é responsável pelo seguimento das Convenções cujos secretariados estão sediados em Genebra ou arredores e pela participação em reuniões multilaterais, quando aqui realizadas, sobre variados tópicos, como água,

energia, desertificação, mercúrio, biodiversidade e mudança do clima.

- CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FLORA E FAUNA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES)

102. Ainda que o Brasil atualmente não faça parte do Comitê Permanente da CITES, a Missão acompanhou a 65ª e a 66ª sessões do Comitê Permanente, em preparação para a 17ª Conferência das Partes da Convenção (Johanesburgo, 24/09-5/10/2016). Iniciativas brasileiras, como a realização do Seminário Regional sobre as espécies de tubarões incluídas no Anexo II da CITES, na cidade de Recife, em 2013, e a tecnologia de emissão de licenças eletrônicas CITES, desenvolvida pelo IBAMA, Autoridade Administrativa da CITES no Brasil, receberam destaque no âmbito da Convenção.

CONVENÇÃO DE RAMSAR SOBRE ZONAS ÚMIDAS

103. A Convenção de Ramsar, em vigor desde 1975, não integra o sistema ONU e está ao abrigo da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Ramsar estabelece o quadro jurídico para a ação nacional e a cooperação internacional em matéria de conservação e sustentabilidade das zonas úmidas e de seus recursos. As reuniões do Comitê Permanente (CP) têm sido dominadas por problemas de natureza operacional e administrativa.

104. Mesmo na qualidade de observador, temos logrado defender temas de interesse do país nas reuniões do CP. Dentre eles, evitar o tratamento da mudança do clima no âmbito da Convenção de Ramsar. Ainda que o Brasil apoie a cooperação entre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e a Convenção de Ramsar, a Missão atuou, conforme instruções, para que houvesse respeito aos respectivos mandatos. Nesse sentido, durante a COP-12, o Brasil incluiu declaração relativa à mudança do clima com o reconhecimento da primazia da UNFCCC e o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) sobre o tema. O país também atribui grande importância às Iniciativas Regionais (IRs), medidas essenciais para a implementação da Convenção, que estabelecem ações concretas para a conservação de macro-regiões de interesse comum.

105. Após a COP-12, em sessão conflituosa, o Comitê Permanente decidiu demitir o então Secretário-Geral da Convenção, o britânico Christopher Briggs, e iniciar processo

de seleção do novo titular. Posteriormente, foi aceita a contratação da colombiana Martha Rojas-Urrego para o cargo.

- CONVENÇÕES DE QUÍMICOS E RESÍDUOS (BASILÉIA, ESTOCOLMO, ROTERDÃ)

106. São três as Convenções do chamado "cluster" de químicos e resíduos tóxicos, sediadas em Genebra, e que têm agenda regular de reuniões na cidade:

(a) Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, cujo objetivo é coibir o tráfico ilegal e prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão ambientalmente adequada desses resíduos perigosos;

(b) Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, que estabelece a obrigação dos estados-membros de adotarem medidas de controle relacionadas a todas as etapas (produção, importação, exportação, disposição e uso) do ciclo de vida das substâncias classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), com possibilidades de serem transportados por longas distâncias e de se acumularem em tecidos gordurosos de organismos vivos. A convenção prevê também a eliminação e o banimento de substâncias químicas abrangidas pelo seu mandato, além da adoção de medidas de redução de eliminações não intencionais;

(c) Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, que tem como objetivo o controle do movimento transfronteiriço de produtos químicos perigosos, com base no princípio do consentimento prévio do país importador e na responsabilidade compartilhada no comércio internacional desses produtos.

107. O Brasil é Parte das Convenções da Basileia, Roterdã e Estocolmo desde sua entrada em vigor e desenvolveu ampla estrutura para a governança da segurança química. Em 2000, foi criada a Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), para a troca de informações e coordenação de políticas nacionais. Em 2003, o Ministério do Meio Ambiente publicou o Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas, que contém amplo levantamento sobre o ciclo de vida de substâncias químicas, desde sua produção, importação, exportação, armazenagem, transporte, distribuição, uso, até sua eliminação final. O governo brasileiro apresentou, em abril de 2015, o Plano Nacional de Implementação (NIP) da Convenção

de Estocolmo, elaborado em processo de amplas consultas aos setores interessados.

108. Durante minha gestão, conforme instruções, a Missão atuou de forma a resguardar os dispositivos da Convenção contra tentativas de flexibilização dos controles criados. O Brasil defende que a implementação efetiva das ações de países em desenvolvimento dependerá diretamente do cumprimento das obrigações de financiamento e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos.

109. Criar mecanismo de cumprimento para as Convenções de Roterdã e de Estocolmo tem-se revelado assunto sensível, sobre o qual não tem sido possível chegar a consenso. A Missão tem-se envolvido nas discussões sobre o tema e defendido a necessidade de que regras de cumprimento sirvam para estimular a participação e o engajamento das partes com vistas ao alcance dos objetivos fundamentais das convenções.

110. O processo das chamadas "sinergias", instituído em 2006, com o objetivo de racionalizar procedimentos administrativos das Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo tem igualmente recebido a atenção de DELBRASGEN. Nesse sentido, assinalem-se os avanços obtidos a partir da aproximação entre as convenções, tanto do ponto de vista operacional, quanto da economia de recursos humanos e orçamentários.

111. O Brasil tem defendido a função essencial dos centros regionais das Convenções de Basileia e Estocolmo como coordenadores de atividades de capacitação e treinamento nas regiões, fundamentais à implementação efetiva dos dispositivos das Convenções. Um dos centros regionais para a Convenção de Estocolmo está sediado na Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, que tem destacada atuação na região latino-americana e em países de língua portuguesa.

112. Durante minha gestão, ocorreram conjuntamente, em 2015, as Conferências das Partes das três convenções, que adotaram decisões com vistas a avançar na aplicação do regime de químicos e resíduos perigosos e contribuir para o manejo adequado dessas substâncias. Dentre os resultados das COPs, destaco a adoção de novos guias técnicos da Convenção de Basileia, que servem de referência no manejo ambientalmente adequado de diversos tipos de resíduos perigosos, inclusive eletroeletrônicos ("e-waste") e poluentes orgânicos persistentes (POPs).

113. A COP da Convenção de Estocolmo decidiu ampliar a lista de POPs, sem ressalvas de nossa parte, com a inclusão das três substâncias recomendadas pelo órgão científico da convenção. Por sua vez, a COP da Convenção de Roterdã acordou incluir, no Anexo III, o metamidofós, pesticida altamente tóxico, cuja utilização no Brasil foi banida em 2012. Ainda que não se tenha logrado consenso internacional, o país apoiou a inclusão do amianto crisotila no anexo III da Convenção de Roterdã.

114. O Brasil logrou reconduzir a Doutora Estefânia Moreira à Presidência do Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPRC), bem como renovar seu mandato como perita brasileira até 2020.

115. Os principais eventos da agenda futura das referidas Convenções são os seguintes:

- encontro anual conjunto para ampliar a cooperação e coordenação entre os centros regionais sob as Convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo (31/10 a 02/11/2016)

- 13ª COP da Convenção de Basileia, 8ª COP da Convenção de Estocolmo e 8ª COP da Convenção de Roterdã (24/04 a 05/05/2017).

116. Em 2009, foi estabelecido o comitê negociador intergovernamental da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, produtos e processos que utilizam mercúrio; disciplinas sobre o comércio da substância; e recomendações sobre armazenamento, tratamento e locais contaminados. O Brasil teve atuação protagônica para incluir, no texto da convenção, dispositivos sobre a concessão de recursos financeiros, assistência técnica e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento. Embora ainda não esteja em vigor, espera-se em breve atingir o número de ratificações necessárias.

- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC)

117. O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima foi estabelecido em 1988 e hoje constitui o principal foro internacional para compilação, avaliação e disseminação do conhecimento científico sobre mudança do clima. Por seu importante trabalho, em 2007, o IPCC foi distinguido com o Prêmio Nobel da Paz. O Brasil tem sido representado, no IPCC, pela Doutora Thelma Krug, que ocupa uma das três vice-presidências do Painel.

118. Embora o secretariado do IPCC esteja sediado na Organização Meteorológica Mundial, em Genebra, as discussões técnicas ocorrem de forma descentralizada, no âmbito de três grupos de trabalho e duas forças tarefa. Da mesma forma, as reuniões dos órgãos do Painel são realizadas em diversas cidades, de acordo com calendário previamente acordado entre as partes. As discussões futuras sobre o planejamento estratégico do Painel também demandarão o engajamento brasileiro, com o intuito de melhor alinhar os ciclos do IPCC com os da UNFCCC.

- SISTEMA GLOBAL HARMONIZADO DE CLASSIFICAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS (GHS)

119. Durante minha gestão, DELBRASGEN acompanhou a 28^a, 29^a, 30^a e 31^a sessões do Subcomitê de Peritos do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS, na sigla em inglês), em coordenação com o perito brasileiro do ministério do Trabalho. O subcomitê foi criado pela Resolução do ECOSOC 1999/65, de 26 de outubro de 2009, como órgão subsidiário do Comitê de Peritos em Matéria de Transporte de Mercadorias Perigosas e do Sistema Mundial Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos. Sua origem remonta ao reconhecimento, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na década de 1980, da necessidade de criação de parâmetros internacionais para a classificação e rotulagem de químicos perigosos no ambiente de trabalho. As normas emanadas do GHS têm efeitos econômicos e em questões trabalhistas.

120. Os encontros têm permitido ao Brasil atualizar o Subcomitê sobre o status de implementação do GHS em nível nacional. No que se refere a substâncias, a regulamentação trabalhista brasileira está em vigor desde maio de 2011, e, desde 2015, com respeito a misturas.

- ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)

121. A OMM desempenha papel fundamental na coordenação entre fornecedores e usuários de informações sobre o clima. Sua atuação tem impacto direto em áreas como saúde, agricultura, transportes, turismo, energia e aviação. Como se sabe, o acesso a dados climáticos é particularmente importante para a prevenção de danos causados por desastres naturais e para a defesa do meio ambiente. O Brasil é membro da OMM desde seu estabelecimento, em 1950, e segue comprometido com a instituição.

122.O Brasil ocupa posição de destaque no "WMO Information System" (WIS), por meio da atuação do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) na operação do "Global Information System Center" (GISC-Brasília), em representação da Associação Regional Terceira (América do Sul). A Agência Nacional de Águas (ANA) tem prestado importante contribuição técnica aos trabalhos da OMM, que recentemente elaborou estudo de caso para o Manual de Avaliação de Recursos Hídricos da OMM ("Manual of Water Resources Assessment"), denominado "Water Resources Assessment in the Paranaíba River Basin".

123.Durante minha gestão, destaco a realização do 17º Congresso Meteorológico Mundial, órgão decisório da OMM que se reúne a cada 4 anos. O Congresso decide sobre políticas e aprova planos de longo prazo e orçamento. No 17º Congresso foi reeleito, por aclamação, o Dr. Antonio Divino Moura, então Diretor do INMET, como primeiro vice-presidente da OMM, o que entendo ser um reconhecimento do espaço ocupado pela meteorologia brasileira no principal foro internacional sobre a matéria. No mesmo Congresso, o Brasil apoiou a expansão das políticas da OMM de acesso gratuito de dados climatológicos. A 69ª Sessão do Conselho Executivo da OMM, reunir-se-á de 10 a 18 de maio de 2017, em Genebra.

- TRATADO INTERNACIONAL SOBRE RECURSOS FITOGENÉTICOS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (TIRFAA)

124.A missão acompanhou as reuniões realizadas em Genebra do Grupo de Trabalho Ad Hoc Aberto para Aperfeiçoamento do Sistema Multilateral (GT-SML), no âmbito do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA). A 5ª reunião do GT-SML (Genebra, julho 2016) trabalhou no aperfeiçoamento das propostas de reformulação do Sistema Multilateral, que deverão ser definidas durante a 6ª, e última, reunião GT-SML prevista para os dias 15 a 19 de novembro de 2016, em Roma.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- GRUPO DE OBSERVAÇÃO DA TERRA

125.O Grupo de Observação da Terra (GEO, sigla em inglês) é entidade de caráter intergovernamental, criada em 2003, com o objetivo de garantir a produção e o compartilhamento de dados de satélites e "in situ" de observação da Terra, por meio do aprimoramento e da valorização dos sistemas de observação existentes. O Secretariado do GEO funciona na sede da OMM, em

Genebra, e sua estrutura de governança compreende um Conselho Executivo de doze membros, originários de cinco regiões geográficas (Américas, Europa, Comunidade dos Estados Independentes, Ásia e África).

126.A IV Cúpula Ministerial do Grupo de Observação da Terra (GEO), juntamente com a XII Sessão Plenária do GEO ocorreram na Cidade do México, em novembro de 2015. Na ocasião, foi aprovada a iniciativa AmeriGEOSS, programa regional que visa compartilhar dados de observação da Terra sobre agricultura, redução do risco de desastres, água, e biodiversidade, além do monitoramento dos ecossistemas nas Américas.

127. O Brasil, membro fundador, tem participado ativamente do processo de consolidação do GEO e de implementação do Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS, na sigla em inglês). Tem atuado igualmente na defesa da política de distribuição livre e gratuita de dados de satélites. Durante período de seis anos, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) manteve funcionário cedido ao Secretariado do GEO. Tal medida em muito contribuiu para estreitar o contato com o Grupo, além de facilitar o acesso do Governo brasileiro a informações sobre seu funcionamento. A missão acompanha regularmente as reuniões do organismo e presta assistência à participação de representantes de órgãos da administração pública federal que integram o Grupo.

- ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PARA PESQUISA NUCLEAR (CERN)

128.A Organização Europeia para Pesquisa Nuclear (CERN), sediada na fronteira entre a Suíça e a França, no perímetro de Genebra, é um dos maiores e mais respeitados centros científicos mundiais voltados para a pesquisa em física, particularmente na área de física de partículas. Fundada em 1954, a Organização resultou de assinatura de Convenção que reúne hoje 21 Estados-Membros da Europa e Israel. Foi berço das pesquisas que deram origem à rede mundial de computadores, a "world wide web", e abriga o experimento do Grande Colisor de Hádrons (LHC, na sigla em inglês).

129.Existe longa e produtiva relação entre o CERN e a comunidade científica brasileira. Em 2010, o Brasil solicitou formalmente ao Conselho da Organização considerar sua acessão na qualidade de membro associado. Em 2013, foi entregue minuta de acordo para a consideração do Governo brasileiro, que, neste momento, está sendo analisado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Caso o Brasil venha efetivamente a associar-se ao CERN, o que envolveria elevada contribuição

financeira, passaria a acompanhar as reuniões do Conselho, que acontecem três vezes ao ano, e demais atividades da Organização, bem como a manter contato frequente com o ponto focal brasileiro. A Missão tem apoiado missões técnicas brasileiras ao CERN, bem como visitas de representantes do CERN a autoridades brasileiras da área de ciência e tecnologia.

DESAFIOS

130. O principal desafio que enfrentei na chefia da Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e Outras Organizações Internacionais em Genebra foi compatibilizar os recursos humanos e materiais do posto à diversidade de agendas das organizações internacionais e mecanismos acompanhados pela Missão. Com muita frequência, há sobreposição de datas e, às vezes, mesmo de horários de reuniões, negociações informais, compromissos oficiais e eventos, o que exigiu de mim e de todos na Missão grande empenho e extensos dias de trabalho.

131. Para tanto, foi imprescindível ter contado com a competência e dedicação de meus colaboradores. À excepcional equipe que tive o privilégio de chefiar no período em que estive à frente da Delegação do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, os meus encarecidos agradecimentos.